



*GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura*

Plano – Intervenção de Abertura

2003/12/10 – José Decq Mota

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Estamos a debater o Plano e o Orçamento para 2004 que é o último da presente legislatura.

No que respeita ao Orçamento globalmente considerado a presente proposta tem as mesmas características fundamentais das anteriores dos últimos 3 anos, sendo de salientar entretanto o esforço feito para conseguir aumentar a receita possível de inscrever.

No que respeita ao Plano, tendo como referências, quer a reprogramação do Plano Médio Prazo feita há um ano quer a prática governativa concreta, verifica-se ser absolutamente claro que o Governo pretendeu apresentar esta proposta como se fosse a cereja que se coloca no bolo, só que, raciocinando pelos quatros anos da legislatura, verifica-se que o bolo afinal não será de grande qualidade!

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Para analisarmos e definirmos posição sobre as presentes propostas torna-se necessário, antes de mais, ponderarmos sobre a realidade económica em que nos movemos.

E a este respeito temos que ser todos muitos claros. Para além do investimento anualmente executado; para além daquilo que é realmente investimento com efeito reprodutivo e daquilo que é classificado como tal sem realmente o ser; para além do muito proclamado crescimento do investimento privado, que é na verdade mais pequeno do que parece; para

além das programações sempre muito recheadas de verbas com muitos dígitos; para além de tudo isso a verdade é que a nossa pequena economia regional tem sentido, de há muitos anos a esta parte, incluindo nos últimos sete anos, uma enorme dificuldade em convergir, ou seja em crescer num ritmo maior do que o dos espaços económicos envolventes.

É por isso que não faz sentido o discurso político desenquadrado desta enorme dificuldade que se tem sentido e que resulta essencialmente da situação de bloqueamento em que se encontra a economia produtiva.

Diria mesmo que há, investimento – quase todo público com várias origens – do qual ainda se não tirou verdadeiro proveito económico pelo facto dos principais sectores produtivos estarem bloqueados.

Como não faz igualmente sentido o discurso da eventual superioridade da política económica regional face à crise nacional uma vez que não só não é rigoroso do ponto de vista económico, como principalmente é profundamente distorcido no plano político.

De facto todos sabemos que o nosso País está a viver uma acentuada crise económica e social motivada pela política de terra queimada feita pelo Governo PSD/PP e que transformou as dificuldades financeiras públicas de 2001 e 2002 numa verdadeira crise económica. No que respeita às consequências da diminuição do poder de compra e da diminuição do investimento não resta qualquer dúvida que elas, as directas e as indirectas, estão a chegar a esta Região Autónoma.

É pois este o quadro em que nos movemos, no qual as consequências da política da direita nacional se fazem sentir e no qual são bem claras as insuficiências de medidas específicas de há muitos anos a esta parte, incluindo os últimos sete anos.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A incapacidade demonstrada, perante a União Europeia, pelo País e pela Região em anos e governos sucessivos em criar um quadro favorável à existência de uma produção de leite compatível com a capacidade produtiva existente; a incapacidade regional também prolongada no tempo em adequar o sub-sector da carne às exigências de hoje; a incapacidade nacional em defender os mares ocidentais; tudo isto são problemas e situações que levam a que não se consiga aproveitar de forma segura as nossas potencialidades.

Todas estas situações se têm agravado nos últimos tempos sendo de realçar a postura fechada e irracional recentemente assumida, em declarações, pelo 1º Ministro em relação à questão do leite.

Estamos profundamente convictos de que o nosso atraso relativo só será superado, melhor dizendo, só poderá ser superado, só poderá vencer a distância a que nos encontramos, se conseguirmos somar àquilo que produzimos muito e bem (leite, queijo, lacticínios, carne verde, conservas de peixe, peixe fresco, alguma fruta de qualidade e alguma floricultura de qualidade) outros produtos e outros sectores, nomeadamente o turístico, que se afirmem e consolidem.

O presente Governo, embora sem o afirmar explicitamente, teve sempre a tentação de considerar que o crescimento de novos sectores económicos, implica o enfraquecimento dos actuais e esse é um erro imperdoável que tem levado à estagnação.

O Governo Regional “orgulha-se” da taxa de desemprego ser baixa, mas nada refere sobre o enorme crescimento da precariedade do trabalho, nem sobre o facto da taxa de actividade ser a mais baixa do País.

É também na nossa Região que o nível médio de formação profissional ministrada é mais baixo e é também aqui, como muito bem sabemos, que os trabalhadores por conta de outrem ganham, em média, menos 10% do que no resto do País.

Que fez o Governo Regional, nestes anos para resolver estes problemas? Melhor dizendo, que fez o Governo do PS de diferente em relação aos Governos do PSD para resolver estas questões essenciais para os trabalhadores açorianos? A esta pergunta temos que responder que nunca foram, por iniciativa do Governo, procurados os caminhos adequados.

Como é que o actual Governo tem gerido a saúde?

A esta questão temos que responder que durante anos não houve política de saúde, apenas gestão corrente e que agora a principal medida tomada foi a constituição da Saudaçores, sociedade anónima de capitais públicos que visa ser, de imediato, um instrumento contractor de dívidas.

Como tem encarado o Governo as dificuldades, financeiras públicas? Criando sociedades anónimas de capitais públicos que possam ir à banca contrair dívidas.

Como tem o Governo gerido o Orçamento? Diminuindo os meios essenciais ao desenvolvimento das políticas sociais básicas e aumentando fortemente as transferências directas para sectores privados.

Como tem o Governo gerido a educação? De forma assustadoramente fechada, economicista e conflitual.

Como tem o Governo gerido a cultura? De forma progressivamente centralizada e afastada das realidades.

Como tem o Governo desenvolvido as políticas para a Juventude? De forma autoritária, paternalista e centralizada.

Como tem o Governo encarado o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas? De forma absurda, marginalizando os mais pequenos e penalizando assim a unidade regional. Exemplos dessa situação são a recusa em levar o cabo submarino de fibra óptica ao Grupo Ocidental e o estado calamitoso a que chegou a rede regional de estradas nalgumas ilhas, nomeadamente o Faial e Flores.

Muitos exemplos mais poderia dar, mas os referidos são suficientes para demonstrar quer as más políticas do Governo, quer o carácter perverso das maiorias absolutas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Na chamada Reestruturação do Sector Público Empresarial da Região está prevista a privatização da EDA, S A.

Sem que se conheçam todos os pormenores, sabe-se no entanto que o Governo Regional prevê realizar 40 milhões de euros com essa alienação, valor esse fundamental para atribuir à presente proposta de Plano a designação de “maior de sempre”.

Queria aqui, com toda a clareza, dizer que o Grupo Parlamentar do PCP não só não concorda com a privatização da EDA, S A, como considera mesmo que tal opção é um erro grave face ao futuro da Região.

A natureza insular da Região, a distância a que estamos, a necessidade de haver múltiplos centros de produção de energia, a necessidade de se aproveitarem bem as energias alternativas, a obrigação pública de garantir patamares adequados de energia em todas as ilhas, aconselha, a que nesta Região, exista o controlo público da empresa produtora e distribuidora. A simples aplicação mecânica e dogmática das teses ultra-liberais da privatização contraria, em elevado grau, as especificidades e particularidades regionais.

A privatização da EDA vai certamente transferir o controle da produção e distribuição de energia eléctrica para longe da Região, para centros de decisão muito afastados das nossas especificidades e não haverá certamente contrato

de prestação de serviço público que, para além de assegurar a rentabilidade do privado, consiga assegurar um efectivo controlo da situação.

A necessária construção de um modelo de desenvolvimento adequado à insularidade distante, um modelo onde certamente a economia privada tem que ter o maior espaço, não passa, de nenhum modo, pela alienação pelo sector público regional de dois ou três instrumentos de controle e equilíbrio.

Não podemos, ao mesmo tempo, proclamar a necessidade de comportamentos específicos e desfazer-nos dos meios de actuação próprios.

Não podemos passar a vida a queixar-nos dos centralistas do País, dos eurocratas da União Europeia, do impacto das decisões económicas tomadas pelos decisores que não olham para o mapa e que portanto não vêm estas e outras ilhas e sermos nós próprios, por iniciativa fundada na aceitação mecânica de premissas ideológicas, a abrir mão dos mecanismos necessários à correcção das diferenças concretas que existem.

A privatização apressada da EDA ficará, na nossa opinião, na História da Região como um dos maiores erros deste Governo Regional.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

No tempo que dispomos neste debate iremos registar as nossas opiniões sobre diversas matérias.

É entretanto necessário sublinhar desde já que os documentos propostos, reflexo de políticas insuficientes umas e erradas outras não podem merecer a nossa concordância.

É mesmo necessário dizer que o esforço feito por este Grupo Parlamentar, especialmente nos primeiro e segundo Planos desta Legislatura, em dialogar com o Governo no sentido de contribuir para certos equilíbrios não teve, da parte do Governo o seguimento que deve resultar da livre aceitação de acordos e compromissos.

Tudo isto nos leva a pensar ser absolutamente indispensável, para que a região possa de facto evoluir em termos económicos e sociais, e abrirem-se outros e novos caminhos que não exista no futuro próximo qualquer maioria absoluta – nem a maioria absoluta que levaria à instalação na Região de um Governo Delegado do Governo Durão-Portas, nem a maioria absoluta que permitisse a continuação pura e simples da política regional actual.

Disse.